SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
CSP Conlutas
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Segunda-feira, 20 de agosto de 2018
JJ577 / 12.000 exemplares

Siga o Sintrajud nas redes sociais:
facebook.com/Sintrajud
twitter.com/Sintrajud

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP - Gestão: Gente de Luta 2017/2020 - Tel.: (11) 3222-5833

Presidenciáveis reafirmam 'legado' de Temer

Comparação entre programas registrados e declarações das candidaturas evidencia manobras retóricas para ganhar votos de quem será atacado a partir de 2019. Páginas centrais

Categoria vai eleger novo Conselho de Base: confira as regras e participe!
Página 3

Ascom/MPSP

Assédio sexual: promotora fala sobre campanha no MPSP e no Judiciário
Página 3

Plenária, seminário e atos retomam luta pela data-base
Página 6

Informe-se sobre as ações do Sindicato em www.sintrajud.org.br e nas redes sociais.

EDITORIAL

O que (não) esperar das eleições

Aberta oficialmente a campanha eleitoral, não há muitas razões para nutrir boas expectativas em relação ao pleito. O projeto que está sendo construído pelo conglomerado das elites rurais e urbanas, mercado financeiro e empresariado industrial é legitimar nas urnas o programa e a política de ajuste que vêm sendo aplicados por Temer, que só não conseguiu ser pior por falta de força política.

Mesmo do alto da rejeição de 82% verificada na pesquisa Datafolha de junho em relação ao governo, Michel Temer costura um pacto com a maioria dos presidenciáveis para recolocar em marcha a 'reforma' da Previdência assim que for concluído o processo eleitoral.

E quase todas as candidaturas apresentadas na corrida ao Palácio do Planalto defendem políticas que vão no sentido da manutenção dos cortes nas áreas sociais, privatizações e arrocho sobre o funcionalismo e o conjunto da classe trabalhadora. Incluindo o PT, de Lula, cuja candidatura ainda estava *sub judice* quando esta edição foi concluída.

Apesar de denunciar ter sofrido um golpe quando a ex-presidente Dilma Rousseff foi derrubada, o Partido dos Trabalhadores nestas eleições formalizou alianças em 15 estados com partidos que votaram a favor do *impeachment* em 2016 e que integram ou integraram o governo atual. O MDB de Temer, PSB, PSD, PTB, PR e Rede estão no arco de alianças estaduais de apoiadores de Lula.

Os conteúdos do debate político e dos programas eleitorais registrados pelas candidaturas evidenciam muito mais consensos do que os discursos inflamados ou polarizações em debates por vezes fazem parecer. Tudo isso numa campanha onde a discussão política e de projetos de país também foi 'desconvidada' – especialmente após a reforma eleitoral capitaneada pelo ex-deputado Eduardo Cunha.

> *"A saída para os trabalhadores continua sendo a organização autônoma e independente e a mobilização para preservar direitos e avançar em conquistas"*

Eleito na coligação de Dilma Rousseff e sagrando-se presidente da Câmara na esteira da ampla bancada que teve em Lula um apoiador de peso, para depois comandar a derrocada petista, Cunha foi o patrono da Emenda Constitucional 97. A 'minirreforma' reduziu o tempo de campanha e apresentação de propostas dos candidatos à população, instituiu a cláusula de barreira que dificulta a representação institucional de siglas ideológicas e impulsiona o negócio das coligações por tempo de TV e interesses de oligarquias regionais. Além de legalizar a 'janela do troca-troca partidário', que concentra ainda mais a dominação das elites no Congresso Nacional.

A saída para os trabalhadores continua sendo a organização autônoma e independente e a mobilização para preservar direitos e avançar em conquistas. Como na greve geral de 2017, que adiou por pelo menos um ano a 'reforma' previdenciária que a maioria dos presidenciáveis quer retomar. Novamente, vamos à luta!

Sindicato oferece curso 'Filosofia Crítica do Direito' e desconto em pós

Tribunais avaliam aceitação do projeto do Sintrajud na concessão de Adicional de Qualificação; convênio com o Dieese já assegura AQ e 50% em pós-graduação.

Nos dias 1º, 15 e 29 de setembro, o Sintrajud realizará o mini-curso 'Filosofia Crítica do Direito'. As palestras serão ministradas pelos professores Flávio Roberto Batista (da Faculdade de Direito da USP), Márcio Bilharinho Naves (aposentado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp) e Mauro Luis Iasi (docente na Universidade Federal de São Paulo/Unifesp e coordenador do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio).

O objetivo é contribuir para a reflexão sobre o papel do Judiciário na aplicação do Direito e sobre a própria constituição da ciência jurídica.

Em 1º/9, Márcio Bilharinho abordará 'O Direito nas sociedades de classes'. No dia 15 será a vez de Mauro Iasi falar sobre 'Direito e ideologia'. O ciclo será encerrado com a palestra 'O Estado e a crítica do direito, no dia 29, conferida por Flávio Batista. Todas as sessões acontecerão das 9 às 13 horas, no Sindicato.

Foi requerido às administrações que o curso seja aceito na composição de horas exigidas para conferir a servidores o Adicional de Qualificação.

Pós-graduação em Economia e Trabalho

Ainda na perspectiva de contribuir para o aprimoramento da formação dos servidores e com a possibilidade de que conquistem incremento salarial, o Sintrajud firmou um novo convênio com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese.

A parceria dá aos sindicalizados 50% de desconto nas mensalidades do curso de pós-graduação em Economia e Trabalho neste segundo semestre.

As matrículas podem ser feitas até 31/8 pelo *site* <www.sagu.dieese.org.br/vestibular> ou pessoalmente na sede da instituição (Rua Aurora, 957, Centro). É necessário apresentar declaração de sindicalização, que pode ser solicitada pelo e-mail <cadastro@sintrajud.org.br>. O curso é reconhecido pelo MEC, e o TRE e o TRF-3/JF confirmaram que atende aos requisitos para obtenção do AQ. O TRT-2 não respondeu à consulta do Sindicato, mas o curso se enquadra nas regras para concessão do Adicional à razão de 7,5%, de acordo com a Lei 11.146/2006 e a resolução 196/17 do CSJT.

SINTRAJUD Jornal do Judiciário CSP Conlutas FENAJUFE

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Sede: Rua Antônio de Godói, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-902 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Diretoria: Tarcísio Ferreira, Lynira Rodrigues Sardinha, Lucas José Dantas Freitas, Fabiano dos Santos, Luciana Martins Carneiro, Ester Nogueira de Faria, Maria Ires Graciano Lacerda, Claudia Vilapiano Teodoro de Souza, Claudia Renata de Morais Araújo, Maurício Rezzani, Marcus da Silva Vergne, Antonio Carlos Lauriano da Silva, Henrique Sales Costa, Ana Luiza de Figueiredo Gomes, Inês Leal de Castro, Gilberto Terra, Eliseu da Silva Trindade, Tauff Ganem de Abreu, José Dalmo Vieira Duarte, Fausta Camilo Fernandes

Editora: Luciana Araujo | Jornalistas: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélcio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 12.500 exemplares

Agenda

Atividades previstas

20/8 - Início da pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos Oficiais de Justiça (acesse em www.sintrajud.org.br).
21/8 - Reunião com a Diretora do Foro da Justiça Federal.
21 a 23/8 - 'Pé na Estrada', em visita aos fóruns de São Bernardo do Campo e Guarulhos.
22/8 - Fim do prazo para envio de contribuições à Tribuna de Debates do Sindicato para debate na assembleia do dia 25/8.
24/8 - Seminário sobre autogestão em saúde, promovido pelo Sintrajud, Amatra-2, TRT-2 e Escola Judicial da 2ª Região, às 14h, no auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa (Rua Marquês de São Vicente, 235, subsolo - Barra Funda).
24 a 26/8 - VI Encontro dos Aposentados e Pensionistas do Judiciário Federal da Região Sudeste, em Vitória (ES).
25/8 - Conselho de Base e Assembleia Geral, no auditório do Sindicato, 10h.
27 a 31/8 - V Congresso Internacional de Ciência do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde, no salão nobre da Faculdade de Direito da USP.
28/8 - Reunião do Fórum dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, às 19h, no auditório do Sindicato.
30/8 a 02/9 - Seminário Nacional do Fonasefe sobre data-base, negociação coletiva e revogação da EC-95, no DF.
1º/9 - Curso 'Filosofia Crítica do Direito', com Márcio Bilharinho Naves, 9h no Sindicato.
03 a 06/9 - 'Pé na Estrada', em visita aos fóruns de Botucatu, Jaú, Bauru e Marília.
04 a 06/9 - XI Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça, em Teresina (PI).
10 a 19/9 - Inscrição de candidaturas à diretoria de base do Sintrajud (regimento e edital em www.sintrajud.org.br).
13/9 - Ato nacional em frente ao STF, com caravanas a Brasília, pela data-base e revogação da EC-95.
15/9 - Curso 'Filosofia Crítica do Direito', com Mauro Luis Iasi, 9h no Sindicato.
15/9 - Assembleia Geral de prestação de contas, no Sindicato, às 14h.
16/9 - Prazo final para inscrição no 2º Concurso de Fotografias do Sintrajud.
29/9 - Curso 'Filosofia Crítica do Direito', com Flávio Roberto Batista, 9h no Sindicato.

Atividades realizadas desde o JJ576

02 a 05/8 – 22ª Plenária da Fenajufe, em Salvador.
06/8 - Reunião do Núcleo dos Oficiais de Justiça.

Fotos: Kit Gaion

10/8 - Dia Nacional de Lutas em defesa do emprego, da aposentadoria e dos direitos trabalhistas - 'Dia do Basta!' (*fotos*).

13/8 - Abertura do prazo para envio de contribuições à Tribuna de Debates do Sindicato para debate na assembleia do dia 25/8.
- Reunião do Fórum dos Servidores Públicos no Estado de SP, no Sindicato.
14 a 16/8 - 'Pé na Estrada', em visita aos fóruns da Baixada Santista.
15 e 17/8 - 10° ReenconTRE.

Assembleia e Conselho de Base acontecem no dia 25 de agosto

Atividades serão espaços de debate sobre a realidade nacional e a eleição para a próxima diretoria de base.

Joca Duarte

49ª Reunião do Conselho de Base.

Os servidores do Judiciário Federal de São Paulo estão convidados a participar dos debates sobre a realidade nacional e a recomposição do Conselho de Base do Sindicato, que acontecerão na 50ª reunião do Conselho e na assembleia geral extraordinária, marcadas para o próximo dia 25 de agosto (sábado).

Os editais de convocação, com pautas e a proposta de alteração do regimento, foram publicadas no **Boletim do Judiciário** nº 202.

O Conselho de Base terá início às 10 horas, no auditório do Sindicato, e debaterá as contribuições apresentadas por servidores entre os dias 13 e 22 deste mês para a segunda Tribuna de Debates.

Já a assembleia geral, começará às 14 horas e discutirá a luta contra a EC 95/16 e as 'reformas', a campanha salarial, data-base e pauta de reivindicações, a participação nas atividades convocadas para 13 de setembro, em Brasília e nos estados, e as propostas de alterações do Regimento Eleitoral da Diretoria de Base que a direção executiva apresenta para este pleito com o objetivo de ampliar a representação da categoria em todo o Estado.

Participe do fortalecimento da categoria. Em tempos de intensos ataques, um sindicato forte é ainda mais fundamental para a preservação de direitos e a possibilidade de obtenção de novas conquistas.

MULHERES

Gentileza, simpatia, paquera, mensagens, convites: o que os separa do assédio é o constrangimento

Campanha do MPSP fomenta combate institucional à violência contra trabalhadoras; Sintrajud busca mesmo compromisso do Poder Judiciário em São Paulo.

Luciana Araujo

Como parte das iniciativas da campanha contra o assédio sexual lançada pelo Coletivo de Mulheres do Sintrajud no mês de março deste ano, a reportagem do **Jornal do Judiciário** entrevistou a promotora de justiça Silvia Chakian de Toledo.

Coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID) do Ministério Público de São Paulo, Silvia é uma das idealizadoras da campanha institucional lançada pelo órgão em julho passado para enfrentar o assédio sexual no ambiente de trabalho.

Para ela, campanhas do tipo são importantes, em primeiro lugar, "por reconhecer que o Judiciário, o Ministério Público e as outras instituições não estão imunes à desigualdade e à discriminação de gênero. Muito pelo contrário, até porque são espaços onde o poder tem uma grande importância, uma estrutura hierarquizada".

A promotora destaca que "também é importante chamar a atenção para o fato de que todos são responsáveis por um ambiente de trabalho saudável, por todos os impactos nefastos - sociais e econômicos - da violência contra as mulheres. E falo das mulheres porque elas são 92% das vítimas de assédio sexual, sem desconhecer que homens também sofrem. Essas mulheres estão adoecendo, perdendo o interesse no trabalho, deixando de desenvolver todo o seu potencial, pedindo afastamentos, licenças e até demissão. E a responsabilidade por não se calar ou não se omitir não é só da mulher e da instituição, mas de todos que compartilham o ambiente de trabalho. Não há território neutro quando falamos de direitos humanos, porque você escolhe um lado quando se omite - o do assediador, no caso".

No Ministério Público a campanha fomenta a criação de canais de atendimento e escuta qualificada das denúncias, além de informar como prevenir comportamentos que são naturalizados como 'piadas', 'gracejos', 'elogios', mas geram constrangimentos.

"Tudo isso, se gera constrangimento, é assédio", aponta Silvia. "E é importante informar também às mulheres sobre quais são os comportamentos que configuram assédio, porque aquilo tem impactos na saúde delas, que por vezes não sabem que pode denunciar."

A promotora ressaltou ainda a importância da campanha desenvolvida pelo Sintrajud para que o Poder assuma institucionalmente responsabilidade diante do problema.

"Falando do Judiciário, acho muito importante destacar, e este é o mesmo problema que afeta o Ministério Público, que a gente trabalha muito 'da porta para fora' - para punir, reprimir e prevenir. Mas quando você passa a olhar também para o público interno ganha mais legitimidade perante a sociedade. Porque não dá para confiar numa instituição que prega uma coisa da porta para fora, mas não tem essa política incorporada internamente", disse.

Luciana Araujo

Confira a íntegra da entrevista com Silvia Chakian em www.sintrajud.org.br

ELEIÇÕES 2018

Servidores e direitos na mira

Maioria das candidaturas promete 'combate a privilégios' de servidores, privatizações e fim da Previdência de solidariedade geracional; Bolsonaro quer duas carteiras de trabalho - uma com e outra sem direitos - e 'livre concorrência' sindical.

Primeiro debate entre os presidenciáveis aconteceu no dia 16 de agosto e não teve a participação de várias candidaturas.

Shuellen Peixoto

As eleições presidenciais deste ano acontecem quando já são sentidos os primeiros efeitos das medidas de ajuste fiscal, da Emenda Constitucional 95, que limita os investimentos no serviço público congelando o orçamento social até 2036, e das políticas aprovadas no último período com o objetivo de tirar direitos dos trabalhadores.

Segundo as pesquisas, será a eleição mais concorrida e indefinida dos últimos anos. No entanto, dos 13 candidatos inscritos, a maioria dos presidenciáveis apresentam propostas que, na prática, dão continuidade ao ajuste fiscal, à precarização do serviço público e à retirada de direitos. As privatizações também são 'compromissos' assumidos nos programas de quase todas as candidaturas ao Planalto.

A reportagem do **Jornal do Judiciário** cotejou os programas apresentados pelos presidenciáveis ao Tribunal Superior Eleitoral com declarações dos candidatos e coordenações de campanha à mídia no último período. O resultado evidencia a continuidade do projeto em curso e malabarismos retóricos para tentar não perder votos do funcionalismo, ao mesmo tempo que reforçam o discurso que joga a população em geral contra 'privilégios' dos servidores públicos.

Servidores públicos

A maioria dos candidatos não se posicionam sobre reajustes e o direito à data-base do funcionalismo.

Mas, Geraldo Alckmin aplicou uma política truculenta e que não garantiu reposição salarial aos servidores estaduais durante seus governos em São Paulo. Ciro Gomes (PDT) enfrentou longas greves quando esteve à frente do governo do Ceará, principalmente na educação. E durante os governos do PT, servidores de diversas categorias, incluindo o Judiciário, enfrentaram longos anos sem reajuste e o desrespeito à revisão geral de salários também foi mantido. Foi sob Lula que se criou a enorme distorção hoje verificada entre os subsídios dos magistrados e de algumas carreiras em relação aos vencimentos da maioria do funcionalismo. A conquista do PL 13.317/2016 só foi possível graças à greve nacional que a categoria protagonizou em 2015.

O mantra defendido por alguns dos presidenciáveis é que os servidores públicos seriam 'privilegiados'. Esta é a opinião de Alckmin, Lula, Ciro, Meirelles, Bolsonaro, Daciolo e João Amoedo.

Para Meirelles, entre as medidas "inevitáveis" (junto com privatizações e reformas) para o país sair da crise está o corte dos gastos com pessoal. A posição não surpreende, já que o candidato foi um dos responsáveis pela EC 95 e pela 'reforma' previdenciária de Lula.

Já o programa do candidato do PT é textual em afirmar que é preciso acabar com os supostos "privilégios previdenciários incompatíveis com a realidade da classe trabalhadora brasileira".

Reformas que retiram direitos

Totalizando já 18 anos no governo ou vice-governo de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) defende a continuidade de todas as medidas de Temer. O candidato e sua equipe avaliam como "positiva" a possível aprovação da Reforma da Previdência ainda este ano.

O tucano afirma ainda em seu programa que a alteração constitucional precisa "ser aprofundada" para retirar os 'privilégios' dos servidores, acabando de vez com as aposentadorias acima do teto do regime geral. Ingressantes no funcionalismo antes de 2003 seriam também atingidos pelo 'Sistema Único de Aposentadoria'.

A posição é parecida com a do candidato do partido de Michel Temer, Henrique Meirelles (MDB), ex-ministro de Lula e do atual governo. Meirelles afirma que a reforma "é inevitável", pois a solução para a crise econômica no Brasil seria a redução dos gastos públicos, em especial os custos com pessoal e com a Previdência Social.

Há os que se posicionem contra a PEC 287-A, mas defendam a necessidade de uma 'reforma' da Previdência que vai no mesmo sentido. É o caso do candidato do PDT, Ciro Gomes, que apresenta em seu programa a proposta de redução do teto de benefícios pagos pelo INSS aos aposentados da iniciativa privada para algo entre R$ 4 mil e R$ 4,5 mil. Para o funcionalismo público, o candidato propõe a aplicação do mesmo teto do Regime Geral e o aumento do repasse de recursos da União para os fundos de previdência complementar, como o Funpresp-Jud.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirma no programa protocolado no TSE ser contra a PEC 287-A. No entanto, propõe alterar novamente o regime de Previdência do serviço público "buscando a convergência entre os regimes próprios da União, dos Estados, do DF e dos Municípios com o regime geral". Lula não cita que foi responsável pela reforma das aposentarias de 2003, que acabou com a paridade, passou a taxar os aposentados e determinou a criação do regime complementar para a Previdência do setor público. Consequentemente, não defende a necessária revogação da reforma que fez, e segue propondo rebaixar as regras previdenciárias e atacar o funcionalismo.

Jair Bolsonaro (PSL) quer criar uma nova carteira de trabalho. A atual seguiria a CLT pós-reforma trabalhista. E a nova autorizaria contrato individual fora dos marcos legais. Propõe ainda "uma saudável competição" entre sindicatos pela representação dos trabalhadores. Já fez declarações homofóbicas, defendeu mulheres receberem menos que os homens porque engravidam e negou as violações do período da escravidão. Embora se apresente como paladino da moralidade, defendeu o recebimento de R$ 200 mil que admitiu ser em propina da JBS a seu antigo partido, o PP. E vem sendo questionado pela evolução de seu patrimônio, por receber o auxílio-moradia e pela contratação de uma funcionária fantasma.

Reforma eleitoral ampliou poder das oligarquias

Fundo eleitoral, campanha relâmpago e redução do espaço para siglas menores são as principais mudanças.

Em 2018 as regras estão restritivas ao debate político e para candidaturas dos partidos menores. A 'minirreforma' eleitoral, aprovada em 2017, reduziu drasticamente o tempo de campanha, o horário eleitoral nas emissoras e as possibilidades de participação de setores sociais não alinhados às grandes legendas.

Enquanto os candidatos do PSDB, do PT e do MDB terão cerca de 85% do tempo da propaganda, todos os outros terão que dividir entre si poucos segundos. Sete das 13 candidaturas registradas à Presidência da República terão exposição que remete à 'Lei Falcão', da época da ditadura empresarial-militar, que permitia apenas a exibição de foto e número dos postulantes a cargos públicos. É o caso dos presidenciáveis Guilherme Boulos (PSOL), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU).

A partir de 2020 as alterações na lei também desobrigarão as emissoras a convidar para debates candidatos de partidos que elejam menos de nove deputados federais este ano.

A nova legislação também manteve o chamado "autofinanciamento". Ou seja, os candidatos mais ricos financiam suas próprias campanhas, expandindo as brechas para o caixa dois e a lavagem de dinheiro. E com o fundo eleitoral, ampliou-se o poder das legendas investirem dinheiro público em alguns poucos candidatos, já que não se regulamentou a distribuição dos recursos.

Estes são alguns dos pontos que evidenciam que a 'minirreforma' não avança nas mudanças necessárias no sistema eleitoral brasileiro e mantém a lógica de privilégios aos partidos que tradicionalmente estão no poder e às 'legendas de aluguel'.

Sintrajud realiza debate com servidores candidatos

Para que os servidores conheçam melhor os servidores da categoria que são candidatos nessas eleições, seus partidos e que programa estão defendendo, o Sindicato realizará um debate entre eles. A atividade acontecerá no dia 5 de setembro (quarta-feira), às 19 horas, no auditório do Sintrajud.

Os candidatos do Judiciário Federal de São Paulo também terão espaço no *site* do Sindicato para apresentarem suas propostas. Por isso, se você for candidato, envie ao *e-mail* <imprensa@sintrajud.org.br> sua plataforma (até 2.000 caracteres), uma fotografia, cargo que disputa e número, até o dia 3 de setembro (segunda-feira).

	REFORMA TRABALHISTA	REFORMA DA PREVIDÊNCIA (PEC287-A)	ADPF442 (descriminalização do aborto)	EDUCAÇÃO SUPERIOR GRATUITA	PRIVATIZAÇÕES	EC-95	REAJUSTES/POLÍTICA SALARIAL DO FUNCIONALISMO
Alvaro Dias PODEMOS	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
Cabo Daciolo PATRIOTA	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	-
Ciro Gomes PDT	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO *	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	-
Geraldo Alckmin PSDB	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	-
Guilherme Boulos PSOL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL
Henrique Meirelles MDB	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
Jair Bolsonaro PSL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO *	CONTRÁRIO	-	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	-
João Amoêdo NOVO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO
João Goulart PPL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO	-
José M. Eymael DC	-	-	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	-	FAVORÁVEL
Lula PT	CONTRÁRIO	CONTRÁRIO *	CONTRÁRIO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO *	CONTRÁRIO	-
Marina Silva REDE	CONTRÁRIA	CONTRÁRIA *	CONTRÁRIA	-	FAVORÁVEL	CONTRÁRIA	CONTRÁRIA
Vera PSTU	CONTRÁRIA	CONTRÁRIA	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL	CONTRÁRIA	CONTRÁRIA	FAVORÁVEL

* Bolsonaro, Ciro, Lula e Marina se posicionam contra a PEC287, mas propõem outras reformas da previdência baseadas em capitalizações e teto de benefícios nos setores público e privado. Lula afirma em seu programa ser contra as privatizações, mas como presidente da República manteve o Programa Nacional de Desestatizações do governo FHC, os leilões no setor de petróleo, e privatizou rodovias e aeroportos, além de criar a Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Nos quesitos assinalados por (-) a candidatura não se posicionou.

DATA-BASE

Servidores apostam na unidade e mobilização

Ato no STF dia 13 pela data-base e contra a EC-95 'marcará' posse de Toffoli; auto-reajuste a magistrados e descaso para com servidores reforçam necessidade de reação.

Valcir Araújo

Participantes da Plenária ao final dos trabalhos.

Hélcio Duarte Filho

As resoluções aprovadas na XXII Plenária da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU assinalam como prioridade a necessidade de dar corpo e peso à campanha pela garantia da data-base e revisão anual dos salários.

Ao longo de quatro dias de debates, de 2 a 5 de agosto em Salvador (BA), ganhou consistência entre os 156 delegados e 46 observadores a constatação de que não haverá conquista sem unidade na luta e um movimento que também questione a política de 'ajuste fiscal' implementada por meio da Emenda Constitucional 95.

A constatação de um quadro conjuntural difícil a ser superado pela categoria, no qual a cúpula do Poder Judiciário é aliada do Executivo e do Legislativo na imposição da política de 'ajuste', permeou os debates e foi destacada nas resoluções.

"Foi uma plenária bem produtiva, que gerou discussões sobre pontos polêmicos e da conjuntura muito importantes para a categoria", avaliou a servidora Luciana Carneiro, da direção do Sindicato, logo após participar da plenária.

A opinião é compartilhada pelo servidor Pedro Lorenzi Breier, que também integrou a delegação do Sintrajud e acredita que a categoria sai mais bem preparada e com rumos mais definidos para enfrentar a difícil realidade que está colocada. "O prognóstico não é fácil. Nas análises de conjuntura de todos os lados o diagnóstico é o mesmo, é o momento de unir forças mesmo, é importantíssimo esse movimento de unidade, que é difícil de colocar em prática, mas [decisivo] nesse momento da conjuntura", disse.

Repúdio

Menos de 72 horas após o término da plenária, os servidores tiveram as piores expectativas confirmadas pela decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal de incluir na proposta orçamentária de 2019 reajuste de 16,38% - restrito a eles próprios e com reflexos sobre o conjunto da magistratura, da procuradoria e de parlamentares.

A decisão repercutiu mal entre servidores e na população em geral. Dirigentes sindicais lembraram que desde o ano passado a categoria busca reabrir um canal de negociação com as administrações dos tribunais superiores e sequer teve a reivindicação respondida.

"Repudiamos a metodologia de 'solução' discriminatória aprovada no plenário do Supremo e reiteramos a necessidade de retomada imediata da Comissão Interdisciplinar para discutir carreira, assim como a instalação de um fórum permanente de negociação", diz trecho de nota pública divulgada pelo movimento Fenajufe Pela Base, com assinatura de nove sindicatos, entre eles o Sintrajud.

O documento observa que a última parcela do reajuste conquistado com a greve de 2015 será incorporada aos contracheques em janeiro de 2019 e, daí por diante, a perspectiva que está colocada é a do congelamento salarial.

Isso, aliás, já ficou nítido na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União para o ano que vem. O governo tentou aprovar um artigo que vedava de antemão quaisquer reajustes ou reestruturações de carreiras do funcionalismo. A mobilização dos sindicatos e federações do setor conseguiu derrubar esse artigo, mas o texto final, ao contrário de anos anteriores, não traz a autorização expressa a possíveis revisões salariais para servidores, como prevê a Constituição Federal.

"A cúpula do Poder fechar os olhos a essa realidade é inaceitável. Como reconheceu em plenário o ministro Marco Aurélio Mello, embora estivesse defendendo o reajuste só para a alta cúpula, 'os servidores não são responsáveis pelo estágio atual das contas públicas'". A categoria não admite tratamento diferenciado e vai à luta por seus direitos", diz, mais adiante, o documento que contesta a decisão do STF.

A nota critica ainda a suposta utilização do auxílio-moradia para justificar o reajuste restrito à cúpula. "Nem o duvidoso argumento de que não haverá impacto orçamentário, em face de uma possível compensação com o auxílio-moradia (que a imensa maioria da população já condenou), convence. A explicação do STF soa mais como chantagem e manobra do que um argumento sólido para os milhões de brasileiros e de funcionários públicos que enfrentam os reflexos da pior recessão da história do país".

Ato no STF dia 13

Como parte dessa luta, as mobilizações do dia 10 de agosto, batizado de 'Dia do Basta', de certa forma ajudaram a preparar o terreno para os protestos que o conjunto do funcionalismo marcou para 13 de setembro, data de posse do ministro Dias Toffoli na presidência do Supremo.

Os servidores do Judiciário e do MPU também vão cobrar a instalação da mesa de negociação.

ESPECIAL
XXII PLENÁRIA NACIONAL DA FENAJUFE

O Sintrajud integra o Movimento Luta Fenajufe. Confira outras informações sobre os debates na plenária em:

www.sintrajud.org.br/category imprensa/especiais/

LUTAFENAJUFE!

CATEGORIA

Servidores do TRF-3 e da JF querem discutir custeio do plano de saúde

Após desclassificação da NotreDame, licitação avança sem diálogo com a categoria e com o Sindicato

Gero Rodrigues

Helio Batista Barboza

Prestes a iniciar um novo contrato para o plano de saúde dos servidores e magistrados da capital e de outras cidades, a Administração do TRF-3 ainda não discutiu com a categoria sobre o custeio do plano. Se mantida a regra atual, as mensalidades pesarão bem mais nos contracheques dos servidores do que no subsídio dos magistrados.

Os valores das mensalidades do futuro plano de saúde também são incógnitas, já que não foram divulgadas as tabelas com o custo para cada servidor, a partir da contraproposta apresentada pela Amil e aporte do próprio Tribunal.

A contraproposta da operadora está sendo analisada pela Comissão Permanente de Licitações após a desclassificação da NotreDame, que havia vencido o pregão realizado em junho, mas não cumpriu as exigências do edital quanto à rede credenciada.

Pela contraproposta, o valor unitário da mensalidade por beneficiário seria de R$ 624,38 no plano básico (Plano Amil 500 QP) e de R$ 993,62 no plano superior (Plano Amil 700 QP), totalizando R$ 1.618,00 na soma de ambos os lotes licitados. O valor final para os servidores, no entanto, depende de uma negociação com a empresa, da contrapartida do Tribunal e dos critérios para a repartição do custeio.

Enquanto esperam o fim do processo licitatório, trabalhadores que pagam plano de saúde para os pais, avós e outros "agregados" já foram comunicados de um reajuste de 15,6%. No ano passado, o plano da Amil foi reajustado em 19% no mês de março e em até 47% em agosto, o que levou os servidores a fazerem protestos e o Sintrajud a entrar com ação judicial.

Auxílio-saúde congelado

Até que seja concluída a licitação, servidores e magistrados da capital e de alguns municípios da Grande São Paulo, da Baixada Santista e do Vale do Paraíba continuam sendo atendidos pela Amil, que presta o atendimento sob o contrato em vigor, prorrogado até novembro.

Também foi estendido, até o final do ano, o contrato com a Unimed para o atendimento dos servidores no interior, pois não houve empresas interessadas nesse lote.

Em requerimento protocolado no dia 3 de agosto, o Sintrajud pede à administração do TRF esclarecimentos e informações acerca dos planos de saúde, além da instalação de uma mesa de negociação para avaliar a situação e buscar soluções.

A presidente do TRF-3, desembargadora Therezinha Cazerta, não havia respondido ao pedido de reunião até a publicação deste jornal. Desde que assumiu a presidência do Tribunal, em março, a desembargadora se reuniu só uma vez com a direção do Sindicato.

Uma das reivindicações que o Sintrajud pretende levar à Administração é a revisão da tabela de custeio. A revisão também foi aprovada no grupo de trabalho instituído pelo TRF-3 para formular a minuta do edital de licitação.

A tabela atual tem como base o auxílio-saúde, congelado há mais de dois anos em R$ 215 por pessoa. Um servidor com dois dependentes, por exemplo, tem direito a três vezes esse valor, ou seja, a R$ 645.

No entanto, há um teto de R$ 855 nessa contribuição, o que acaba onerando mais quem ganha menos. "Com isso, um juiz que recebe mais de R$ 30 mil paga a mesma mensalidade de um servidor com salário de R$ 7 mil", aponta o diretor do Sintrajud Dalmo Duarte. "Já fizemos vários pedidos para o Tribunal não vir com uma tabela pronta e para negociar com os servidores", acrescenta.

ANS recua sobre coparticipação e TRF derruba teto de reajuste

Agência queria permitir cobrança de até 40%, mas voltou atrás após protestos.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) revogou em 30 de julho a norma que permitia aos planos de saúde cobrarem até 40% do valor dos procedimentos médicos e hospitalares como coparticipação dos consumidores, além de definir regras para aplicação da franquia.

A revogação veio após reação da opinião pública e de uma decisão liminar da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, em ação proposta pela OAB. O Procon também havia se manifestado contra a resolução, alertando que os gastos dos consumidores com planos de saúde poderiam dobrar.

A Agência informou que pretende voltar a debater a norma em audiência pública, ainda sem data marcada.

A coparticipação e a franquia estavam previstas desde 1998. Não havia um teto para a cobrança, mas a Agência orientava as empresas a não cobrarem mais do que 30%. Na prática, portanto, a nova resolução ampliava esse limite.

Por outro lado, o TRF-3 derrubou uma decisão da Justiça Federal que estabelecia um teto para o reajuste dos planos de saúde. O desembargador Nelton Moraes dos Santos suspendeu liminar do juiz federal José Henrique Prescendo, da 22ª Vara Cível, que fixava o teto de 5,72% para o reajuste de planos individuais neste ano. A ação havia sido proposta pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Atendendo a um recurso da ANS, o desembargador considerou que a imposição de um teto esvaziaria o papel da Agência. Ao conceder a liminar, o juiz Prescendo havia argumentado que seria "excessivo" autorizar um reajuste maior do que a inflação oficial (IPCA) relativa a saúde e cuidados pessoais. Os reajustes aplicados pela Amil aos planos dos servidores do TRF-3 e da JF, por exemplo, têm ficado muito acima da inflação.

TRE finaliza termo de referência para lançar edital

Único tribunal do Judiciário Federal em São Paulo a não oferecer plano de saúde, o TRE deve liberar para consulta nos próximos dias o termo de referência que vai orientar a licitação do plano de saúde opcional dos servidores e magistrados.

Segundo a Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal, a conclusão do documento, que estava prevista para julho, atrasou porque o órgão aguardava o resultado da licitação do TRF-3 e da JF a fim de obter subsídios.

Em reunião com dirigentes do Sintrajud no mês passado, representantes da Administração adiantaram que serão oferecidos dois planos – um para a capital, com dois níveis de ofertas de serviços, e outro para o interior. Ambos terão cobertura nacional e os servidores que optarem por não aderir aos planos continuarão recebendo o auxílio-saúde, de R$ 215. O Sindicato cobra também a atualização do valor deste benefício.

A Administração comprometeu-se a realizar um evento para discutir o documento antes da publicação do edital. O Sindicato também convocará assembleia para discutir com a categoria os critérios de contratação do plano.

INTEGRAÇÃO

Sintrajud inicia pesquisa sobre saúde e condições de trabalho dos oficiais

Questionário será enviado por *e-mail* e poderá ser respondido até 20 de setembro.

A diretoria do Sintrajud convida todos os oficiais de justiça do Judiciário Federal de São Paulo a participar da pesquisa sobre a saúde e condições de trabalho do segmento. Os oficiais receberão o *link* do estudo por *e-mail*, mas a página do Sindicato na internet (www.sintrajud.org.br) também vai disponibilizar o questionário, que poderá ser respondido até o dia 20 de setembro. As respostas são sigilosas e o anonimato é garantido.

O estudo será composto de um levantamento sobre perfil, saúde, contexto de trabalho, assédio moral e condições específicas do desenvolvimento das tarefas dos oficiais, incluindo a incidência de casos de violência contra os profissionais.

Esta é a segunda pesquisa que a direção do Sintrajud realiza neste ano, sempre buscando aproximar cada vez mais o Sindicato e a categoria. Acompanhe as informações no *site* do Sindicato. E em caso de dúvidas, entre em contato pelo *e-mail* <daniel@ sintrajud.org.br>.

Inscreva-se na XIII Copa Sintrajud de Futebol Society

É hora de montar os times: campeonato começa em outubro.

Os jogos da XIII Copa Sintrajud de Futebol Society começam em outubro, durante a semana e à noite. A final do campeonato acontecerá em um sábado à tarde, 1º de dezembro, com um churrasco de confraternização.

A tradicional competição dos servidores do Judiciário Federal é aberta a toda a categoria e também a magistrados, procuradores, advogados, estagiários, trabalhadores terceirizados, além de times convidados. Os servidores sindicalizados não pagam a taxa de inscrição.

Para inscrever as equipes, basta enviar para o *e-mail* <sociocultural@ sintrajud.org.br> a carteira funcional ou o crachá, digitalizados. Já os advogados podem enviar cópia da carteira da OAB. As inscrições ficarão abertas entre os dias 3 e 29 de setembro.

Cada time deverá inscrever no mínimo 10 jogadores e não há um número máximo. Se você não tem um time, faça a inscrição individual e a comissão organizadora se encarregará de incluí-lo em um dos times já formados.

Participe! Junte os amigos, venha jogar e se divertir!

Local dos jogos: Playball Pompéia
Valores:
Servidores sindicalizados: grátis
Servidores não sindicalizados: R$ 100,00
Prestadores de serviço, terceirizados e estagiários: R$ 50,00
Magistrados e advogados: R$ 120,00